



XIII CONGRESSO DO SISMMAC

“Carreira e condições de trabalho
docente na Prefeitura Municipal
de Curitiba”

RESOLUÇÕES
FINAIS

CADERNO
DE TESES

 2022





Aponte a câmera do celular e compartilhe no Facebook



PARA CURITIBA SER UMA
“CIDADE
EDUCADORA”
DE FATO,

É URGENTE VALORIZAR OS PROFESSORES



#ValorizaOMagistério

XIII CONGRESSO DO SISMMAC

APRESENTAÇÃO	05
PLANO DE LUTAS DEFINIDO NO XIII CONGRESSO DO SISMMAC	08
Saúde, carreira e condições de trabalho	09
Educação em direitos humanos	12
Questões pedagógicas	14
Plano de trabalho do sindicato	17
Moções	22
Moção de repúdio à apropriação arbitrária do termo “cidade educadora ” ...	23
Moção de repúdio contra o assédio dos núcleos e da SME	24
Moção de repúdio ao descaso da SME com a educação inclusiva	25
Moção de repúdio contra a inércia da SME frente à educação pós-isolamento social	26
Moção de repúdio ao modo como a SME tem tratado o trabalho das pedagogas	27
Moção de repúdio à Reforma da Previdência	28
Moção de apoio ao mandato do vereador Renato Freiras	29
Moção de indicação de voto crítico em Luiz Inácio Lula Da Silva	31

Expediente



Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba

Rua Nunes Machado, 1577 • Rebouças • Curitiba - PR
CEP: 80.220-070 | Telefone: (41) 3225-6729
Lista transmissão: (41) 99737-2120

Direção e Conselho Fiscal do SISMMAC | Adaisi do Rocio de Paula Cordeiro, Adriane Alves da Silva, Altino Chagas Loureiro, Angela Maria da Silva, Ângela Maria de Castro, Cláudia Senra Caraméz, Cláudia Silva Pereira dos Santos, Cláudia Simoni da Silva Ativo da Costa, Clayton Jhonatas Padilha, Diana Cristina de Abreu, Eliane Aparecida Malaquias Breda, Emilene Collect, Gizelle Cristiane de Souza dos Santos, João Paulo de Souza da Silva, Jokasta Pires Vieira Ferraz, Jussimara Rodrigues de Almeida, Kathleen S. Marczynski, Marcela Alves Bomfim, Maria Angela da Motta, Marina de Godoy, Michele Cristina da Costa, Patrícia Adriana Borges, Patrícia de Souza Antunes, Patricia Tavares, Raquel de Paula Machado, Suzana Pivato, Vanessa Ascensão Monteiro, Willian Ricardo de Castro

XIII CONGRESSO DO SISMMAC

Apresentação

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”¹

Nos dias 24 e 25 de junho deste ano (2022), realizou-se o XIII Congresso do SISMMAC, que trouxe como tema central “Carreira e condições de trabalho docente na Prefeitura Municipal de Curitiba”. Foram dois dias de debates que pautaram o futuro da categoria. O XIII Congresso foi realizado numa conjuntura bastante complexa, depois de quase dois anos de isolamento social por causa da pandemia de Covid-19.

Na abertura do Congresso, o professor doutor Marcelo Ricardo Pereira (UFMG) possibilitou reflexões sobre o adoecimento docente em

função das condições precárias do trabalho resultantes das políticas neoliberais para a Educação, temática bastante necessária na atual conjuntura.

Na retomada das atividades presenciais, voltamos a enfrentar velhos problemas, como a falta de profissionais nas escolas, pois na gestão Greca não houve concurso público para contratação de profissionais do magistério para atuação na Docência I (anos iniciais) e do quadro de efetivos se aposentaram 3128 pessoas de janeiro de 2017 a maio de 2022, além de problemas graves na

1. FREIRE, P. Educação como prática de liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

Infraestrutura para atendimento da Educação Infantil e ampliação das turmas de Integral nas escolas de ensino regular. Em meio a tudo isso, o magistério teve congelado seu plano de carreira em junho de 2017, são 5 anos sem nenhum tipo de avanço, promoção, progressão na carreira. Profissionais que ingressaram na carreira há 10 anos estão na referência inicial.

Em 2013, por exemplo, o salário inicial dos professores da rede municipal era de R\$ 1.531,71. Atualizado pela inflação, o valor deveria ser de R\$ 2.610,07, acima dos R\$ 2.325,19 pagos em 2022. Grande parte desse problema está relacionado à falta de um Plano de Carreira para o magistério municipal.

Nesse quadro tivemos a oportunidade, no XIII Congresso, de construir novas formas de resistência e de mobilização, sendo este momento de unificarmos nossas forças, e de reascender o espírito de luta que está enraizado no coração da nossa categoria.

Além da tese da diretoria do SISMMAC, tivemos outras três contribuições.

Nesse cenário, é importante destacar que, em Outubro de 2021, havia 8.005 matrículas de 7.973 pessoas filiadas ao SISMMAC. Desse total de matrículas, 3.245 eram inativas e 4.760 ativas. Na diferença de 64 matrículas a mais, encontramos 16 pessoas com duas matrículas inativas, doze (12) com uma matrícula ativa e uma inativa e seis (6) com duas matrículas ativas filiadas ao sindicato.

Em Junho de 2022, o número de filiados é 6% maior, totalizando 8.498 matrículas, 3.387 inativas e 5.111 ativas. Entre as atuais 3.387 aposentadas filiadas ao SISMMAC, 308 também têm uma matrícula ativa (filiada ou não). Entre as atuais 5.107 filiadas com matrícula ativa, cerca de 200 tem uma segunda matrícula inativa.

Em 2018 tivemos 122 congressistas e, na plenária final, totalizaram 139 presentes. Foram contabilizados 79 (setenta e nove)

votos favoráveis à desfiliação da CNTE, 59 (cinquenta e nove) votos contrários e 1 (uma) abstenção.

O congresso de 2022 contou com 148 delegados credenciados, 147 participantes da plenária final. Assim realizamos a maior plenária final considerando os congressos de 2015 (137 participantes) e congresso de 2018 (139 participantes).

O consenso de quem esteve presente do Congresso e na Assembleia é que o sucesso

das nossas lutas dependerá da participação ativa e do engajamento de toda a nossa categoria. É preciso enfrentar com ânimo, perseverança e muito espírito coletivo todos os desafios que temos. É preciso combater o confisco de 14% das aposentadorias, é preciso lutar pela recomposição do poder de compra da nossa remuneração. É preciso implementar o Plano de Carreira, conforme a Lei 14.544 de 2014, já!

**XIII
CONGRESSO
DO SISMMAC**

**Plano de
lutas definido no
XIII Congresso
do SISMMAC**



Plano de lutas definido no XIII Congresso do SISMMAC

“O mundo não é. O mundo está sendo”.²

No XIII Congresso do SISMMAC, a partir de muito debate, dentro dos eixos “Saúde, Carreira e Condições de Trabalho”, “Educação em Direitos Humanos”,

“Questões Pedagógicas” e “Plano de Trabalho do Sindicato”, foram sistematizados os principais pontos orientadores da luta da categoria, são eles:

Saúde, carreira e condições de trabalho

- Lutar pela revogação do pacote e pela implementação do plano de carreira (Lei 14.544/2014).
- Retomar a luta anual por data-base.
- Lutar por pagamento pela maior habilitação acadêmica, e pela valorização do tempo de serviço.

2. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31ª edição. São Paulo: Paz e terra, 2005.

- Criar ações imediatas para combater políticas de meritocracia e avaliação de desempenho associadas ao plano de carreira.
- Lutar por concursos públicos.
- Lutar por vale-alimentação, independentemente do número de padrões das/os profissionais do magistério. Reajustar anualmente esse valor, de acordo com o valor da cesta básica, corrigido pelo índice do DIEESE e da inflação.
- Lutar por auxílio-transporte fixado em lei, com garantia de valor fixo para cada padrão, que contemple o regime integral de trabalho (RIT), e sem desconto.
- Lutar para garantir, no mínimo, os padrões de dimensionamento de pessoal determinados pelo PME (lei 1.468/2015).
- Lutar por regras objetivas para o remanejamento das/os profissionais da Educação, evitando decisões arbitrárias do RH.
- Lutar por 30% de investimento para educação.
- Lutar pela revogação da lei da terceirização. Combater o contrato precário e a contratação de PSS.
- Lutar pela abertura de novas matrículas, pela manutenção e garantia de funcionamento de novas turmas nas 11 escolas de anos finais do Ensino Fundamental.
- Lutar por melhoria na infraestrutura das escolas, dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS) e nos Centros Municipais de Atendimento Educacionais Especializados (CMAEEs). Ampliar centros próprios.

- Lutar por uma Educação em Tempo Integral de qualidade.
- Lutar por garantia de 33% de hora-atividade nos CMEIS e escolas, e ampliar esse tempo até chegar em 50%, conforme consta nas metas do Plano Municipal de Educação (Lei nº 14.681, de junho de 2015).
- Lutar por eleições democráticas para direção dos centros municipais de Educação Infantil. Retomar a luta pela alteração da legislação, garantindo a rotatividade e fim da dobradinha nas eleições escolares.
- Lutar pela contratação de profissionais de apoio concursados e com formação adequada para atuação na Educação; lutar por transparência na lista para atuação na Educação Especial.
- Lutar pelo fortalecimento dos conselhos escolares para que ocupem um espaço deliberativo e não meramente consultivos.
- Estabelecer parcerias com universidades federais, nas áreas médica e psicológica, para realizar estudos diagnósticos e de prevenção do adoecimento e sofrimento mental das/os profissionais do magistério.
- Detectar fatores que provocam o adoecimento no trabalho e planejar ações para combatê-los.
- Realizar um levantamento dos índices do adoecimento da categoria (CIDs, medicalização, afastamentos, etc.).
- Buscar assessoria profissional com médica/o e técnica/o em segurança do trabalho para qualificar a pauta de reivindicações junto à PMC. Lutar pelo fortalecimento e melhoria significativa do atendimento no programa de saúde ocupacional.
- Combater o assédio moral e defender a gestão democrática.

- Cobrar da gestão equipamentos ergonômicos em todos os locais de trabalho.
- Fomentar ações de promoção da saúde física e mental da/o trabalhadora/or, como eventos esportivos e culturais.
- Criar um grupo de trabalho (GT) para discutir e elaborar um plano estratégico a ser apresentado à PMC, tratando dos temas diretamente relacionados à saúde das/os servidoras/es do magistério municipal.
- Garantir amparo legal e político para que as/os profissionais com laudo médico e readaptados possam exercer dignamente suas funções.
- Manter a participação nos conselhos do ICS e luta pela paridade nos conselhos administrativo e fiscal do ICS.
- Revisão da normativa de aceite de declarações de consulta e tratamento para servidoras/es e suas/eus dependentes.
- Lutar pela melhoria do atendimento do ICS e pela sua conversão em autarquia municipal.
- Garantia de redução da jornada de trabalho para as/os servidoras/es responsáveis por dependentes com deficiências para acompanhamento de atividades de saúde.

Educação em direitos humanos

- Lutar com o conjunto da sociedade para garantir e ampliar políticas públicas para as mulheres.

- Empoderar as mulheres para participarem da vida pública.
- Lutar pela erradicação das várias formas de violência contra as mulheres na sociedade e, em específico, para as profissionais da educação da RME de Curitiba.
- Lutar pela garantia de direitos, no que concerne à ocupação dos espaços de poder dentro e fora da escola.
- Garantir voz e protagonismo das trabalhadoras da categoria (predominantemente feminina).
- Incluir e fortalecer pautas ligadas aos desafios que atingem as mulheres, como, por exemplo, a dupla jornada de trabalho e a saúde da mulher.
- Criar um coletivo de mulheres, objetivando momentos de estudo, empoderamento e reflexão sobre as violências e precarização do trabalho feminino no chão das escolas.
- Criar, no sindicato, um núcleo de apoio e acolhida para professoras vítimas de violências.
- Articular e lutar junto aos movimentos que discutem pautas antirracistas.
- Garantir às/aos professoras/es formação continuada e aprofundada em torno da história e da cultura, envolvendo questões étnico-raciais (sobretudo afroindígena no Brasil), com pesquisa e produção baseadas nas diferenças regionais de Curitiba.
- Conquistar uma vaga para o SISMMAC no COMPER.
- Construir um coletivo antirracista de professoras/es.
- Lutar com o conjunto da sociedade para garantir e ampliar políticas públicas anticapacitistas.

- Construir um banco de dados contendo o perfil da categoria.
- Garantir uma educação escolar que valorize a agricultura familiar.
- Garantir a alimentação escolar de qualidade e referenciada nos produtos locais.
- Erradicar o analfabetismo na cidade através da ampliação do programa de Educação de Jovens e Adultos.
- Lutar contra o Projeto de Lei Escola Sem Partido e o homeschooling.
- Garantir a Educação Sexual nas escolas, com debate de gênero e orientações, dentro de uma perspectiva de classe.
- Lutar pela construção de Centros de Educação para a juventude dos bairros populares, com atividades de contraturno, incluindo lazer e cultura.
- Lutar por uma Educação Pública, Gratuita, de Qualidade e Laica.
- Promover o debate de Gênero e a luta contra a LGBTfobia.
- Lutar pela ampliação das vagas nos CMEIs para que nenhuma criança fique sem esse atendimento público.

Questões pedagógicas

- Lutar pelo cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, conforme Lei n 14681/2015 (PME), entre elas a redução do número de estudantes por profissional e por turma (0-1 até 5 crianças, de 1-2 até 8 crianças, 2-3 até 10 crianças, 3-5 até 15 crianças, ensino fundamental séries iniciais até 20 estudantes, fundamental séries finais até 25 estudantes).

- Promover ações de enfrentamento às concepções curriculares adotadas pela SME.
- Lutar por contratação de mais profissionais nos CMAEES, visando reduzir as filas de avaliações psicopedagógicas e a ampliação da capacidade de atendimento.
- Reivindicar formações sem rupturas (entre inicial e continuada) – com base em discussões cientificamente fundamentadas e mediadas por profissionais especializados (com pesquisas em suas áreas de atuação).
- Garantir formações a partir das necessidades apontadas pela base, considerando as especificidades das etapas e modalidades da educação garantidas na RME, considerando a diversidade das escolas, dos CMEIs, dos CMAEs, e de outros equipamentos.
- Constituir um coletivo pedagógico no SISMMAC para garantir protagonismo nas proposições político-pedagógicas e curriculares para a RME.
- Lutar pela não exigência de vinculação obrigatória dos professores de Educação Física, que atuam nas escolas municipais, junto ao Conselho Regional de Educação Física, bem como em Editais de Concurso Público.
- Discutir a Educação Física escolar e seus pressupostos teórico-metodológicos, envolvendo pesquisadores que debatem a disciplina a partir de uma perspectiva crítica.
- Discutir as problemáticas das diretrizes pedagógicas desenvolvidas pela equipe de Educação Física da SME e, coletivamente, elaborar um documento norteador para superá-las a partir de uma perspectiva crítica.
- Lutar por pedagogas presentes nos dois turnos dos CMEIs.

- Lutar para que a PMC/SME assegure, de forma permanente, no mínimo 2 (duas) profissionais do magistério em todas as turmas de pré-escola lotadas em escolas.
- Lutar para que a PMC/SME assegure estrutura material (salas adequadas, brinquedos, estrutura para manutenção da higiene das crianças e dos materiais utilizados pelas crianças) e pessoal para o desenvolvimento do trabalho com as turmas de pré-escola lotadas em escola.
- Lutar pelo aumento no número de profissionais (professores, pedagogos, inspetores), conforme a modalidade de ensino de oferta da Escola. Ex: Educação infantil, anos iniciais e finais, classe especial, sala de recursos e turmas da educação em tempo ampliado.
- Lutar por formações específicas das disciplinas que compõem os anos finais do Ensino Fundamental.
- Lutar por melhoria da infraestrutura das escolas, com espaços físicos e laboratórios que contemplem as diversas áreas de conhecimento, modalidades de ensino e faixas etárias dos estudantes, e manutenção permanente.
- Acolher e acompanhar juridicamente as/os professores que atuam de forma excedente, permutados, cedidos por meio de Convênios nas escolas e demais profissionais.
- Cobrar o investimento na formação continuada e na valorização dos profissionais que atuam na Educação Especial, na perspectiva inclusiva teórico/ prática.
- Organizar um coletivo envolvendo profissionais que atuam na Educação Especial, visando discutir pautas específicas desse segmento e promovendo ações formativas.

- Lutar pela volta das/os psicólogas/os e fonoaudiólogas/os nos CMAEEs, visando uma avaliação psicopedagógica mais completa e atendimento especializado às/aos estudantes.
- Lutar pelo cumprimento da Lei Federal 13.935/2019, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas escolas das redes públicas da Educação Básica.
- Lutar por uma Educação Inclusiva pautada numa concepção de desenvolvimento do ser em sua integralidade, considerando todos os sujeitos envolvidos no processo, e respeitando os seus Direitos Educacionais e Humanitários.
- Lutar pela remodelação dos espaços, encaminhamentos pedagógicos e reorganização dos números de estudantes -profissionais nas Escolas integrais em tempo ampliado, principalmente àquelas que possuem estudantes com deficiência, que demandam maior atenção para garantir ambiente igualitário e saudável para todos os envolvidos no processo.
- Propor a organização de coletivos por modalidades de ensino presentes nas Escolas (Educação em tempo ampliado, Educação Especial e Inclusiva, Educação Infantil).
- Organizar e fortalecer a pauta da Inclusão e Educação Especial.
- Fortalecer a luta das Pedagogas.

Plano de trabalho do sindicato

- Fortalecer o Conselho de Representantes (C.R.) como espaço de discussões e deliberações da categoria.

- Fortalecer o C.R. em espaço de discussão e formação nas áreas de política sindical, políticas públicas, estudos do orçamento municipal, e estudos que contemplem integralmente as pautas do magistério, em todas as suas especificidades.
- Elaborar, em conjunto com os Representantes por Local de Trabalho, um projeto que contemple interesses e necessidades que fortaleçam a relação entre a escola e o sindicato.
- Dinamizar o formato das assembleias do SISMMAC, para que elas possam retomar o trabalho de base, com visitas frequentes aos locais de trabalho.
- Realizar e fomentar atividades formativas de base para a Organização no Local de Trabalho (OLT).
- Organizar encontros virtuais por escola, levantando as principais demandas e reivindicações (coletivas e individuais) dos docentes, para a construção participativa de pautas de reivindicações concretas.
- Organizar cursos e seminários para debater com mais qualidade a pauta do magistério, as políticas públicas e o orçamento de Curitiba.
- Atuar com independência frente a governos, autonomia frente a partidos políticos e outros movimentos.
- Administrar o sindicato com transparência e participação dos sindicalizados na gerência do patrimônio, mantendo e ampliando os espaços de deliberação.
- Iniciar nesta gestão, a discussão com a categoria sobre a filiação do SISMMAC à CNTE, e a importância de o SISMMAC somar-se à luta dos mais de 4 milhões de trabalhadoras/es representados pela Confederação Nacional das/os Trabalhadoras/es da Educação.

- Defender a plataforma aprovada na conferência nacional da classe trabalhadora (CONCLAT)/2022, que apresentou uma “pauta da classe trabalhadora”, para as eleições de outubro próximo, com propostas sobre os temas: emprego, direitos, democracia e vida.
- Participar de atos e movimentos nacionais contra o governo Bolsonaro.
- Participar e promover o debate a respeito do movimento sindical docente e em defesa da Educação pública.
- Lutar para revogar a Reforma da Previdência.
- Dar visibilidade nos meios de comunicação e redes sociais do SISMMAC às questões das/os aposentadas/os.
- Atender, resguardar, defender e lutar por todos os direitos e interesses das/os aposentadas/os, buscando soluções e encaminhando propostas.
- Realizar mensalmente reunião do coletivo de aposentadas/os.
- Promover passeios culturais e recreativos ao ano.
- Realizar Seminário de pré-aposentadas/os.
- Incentivar campanha de filiação e manutenção das filiações das/os aposentadas/os do SISMMAC.
- Participar com representação nos conselhos municipais que envolvam temáticas das/os aposentadas/os.
- Envolver o Coletivo de Aposentados nas pautas regionais e nacionais, das entidades sindicais de grau superior, das políticas públicas para aposentadas e aposentados.
- Realizar uma conferência das/os servidores/as aposentadas/os por

gestão sindical.

- Lutar pela isenção da contribuição previdenciária para aposentadas/os.
- Lutar pela isenção da cobrança previdenciária das/os aposentadas/os com doenças graves e incuráveis.
- Lutar por isonomia e paridade das/os aposentadas/os em relação às conquistas de carreira e salário do pessoal da ativa.
- Defender uma concepção de regime de previdência próprio e solidário e um IPMC que atenda as pautas históricas das/os servidoras/es municipais.
- Renovar a comunicação do sindicato para aproximar a categoria ao SISMMAC.
- Manter a categoria informada sobre todas as ações do sindicato e seus direitos.
- Efetivar a comunicação do sindicato como um instrumento de luta da categoria, e do conjunto da classe trabalhadora, potencializando as ações coletivas.
- Levar as pautas da categoria à população curitibana, conquistando apoio para nossas lutas.
- Criar campanhas constantes de valorização da categoria e fortalecimento do serviço público, das/os servidores e da Educação.
- Retomar a proposta de alteração e atualização no Estatuto vigente, de 2023, e realizar assembleia específica com a participação da categoria, ativas/os e aposentadas/os.
- Manter a prestação de contas mensalmente no site do sindicato.

- Manter as contribuições ao Fundo de Greve, Campanha de Lutas e também ao Fundo para Manutenção/Ampliação da Sede.
- Garantir Filiação das/os Profissionais do Magistério em Regime de PSS ao SISMMAC.
- Realizar campanha de filiação para aumentar o quadro de profissionais do magistério associado ao sindicato.
- Reduzir o percentual de 8% da arrecadação destinado à contribuição para movimentos sociais de trabalhadores ou movimento de trabalhadores em formação (estudantes) para 3%. No mês em que o valor não for usado integralmente no apoio desses movimentos, o valor restante será utilizado para ações de Formação da Categoria.
- Destinar orçamento com dotação mínima de 2% da arrecadação nas atividades diversas do coletivo de aposentadas/os.
- Compor um Grupo de Trabalho para estudar e propor um documento-referência para a formatação do fundo para o Jurídico, que deverá ser apresentado em assembleia a toda a categoria do magistério municipal.
- Dar o seguimento à construção de um salão para a sede do SISMMAC.

XIII CONGRESSO DO SISMMAC

Moções

“Além de um ato de conhecimento, a educação é também um ato político. É por isso que não há pedagogia neutra.”³

O XIII Congresso do SISMMAC também foi um importante espaço para que os/as profissionais do magistério pudessem manifestar suas inquietações em relação ao gerenciamento do trabalho pela SME e ao cenário sociopolítico atual, pois a Educação não pode ser compreendida como um fenômeno desvinculado da realidade histórica.

Nessa perspectiva, foram produzidas as seguintes moções de apoio ou repúdio:

3. FREIRE, P.; SHOR, I. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Moção de repúdio à apropriação arbitrária do termo “cidade educadora”⁴

A gestão municipal se apropria de conceitos caros para o campo da educação progressista, desconsiderando completamente o fato de que não existe cidade educadora sem respeito às trabalhadoras da educação, professoras, professoras da educação infantil, pedagogas, auxiliares de serviços escolares, secretarias escolares, equipe terceirizada e todas as servidoras que vêm sofrendo sucessivas perdas na carreira, no salário e nas condições de trabalho.

A cidade não educa sozinha, a educação é um processo coletivo, participativo, planejado, intencional e político, como Gadotti nos explica “Podemos falar em cidade que educa quando ela busca instaurar, com todas as suas energias, a cidadania plena, ativa, quando ela estabelece canais permanentes de participação, incentiva a organização das comunidades para que elas tomem em suas mãos, de forma organizada, o controle social da cidade. Essa não é uma tarefa “espontânea” das Cidades.

4. Moacir Gadotti, A escola na Cidade que Educa. Cadernos Cenpec, 2006 n. 1. Disponível em: <<https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/160/189>>

Precisamos de vontade política e de uma perspectiva histórica.”

Os retrocessos, as práticas violentas e antidemocráticas que estamos sofrendo se chocam com o discurso

pedagógico de cidade educadora, porque uma cidade educadora de verdade respeita quem trabalha na educação, afinal a valorização das trabalhadoras deve caminhar lado a lado com o projeto de educação.

Moção de repúdio contra o assédio dos núcleos e da SME

O magistério municipal de Curitiba vem a público repudiar toda e qualquer forma de assédio moral advinda dos núcleos regionais e das equipes da SME, que visam cercear o direito à expressão e à denúncia da precarização do atendimento às necessidades estruturais e pedagógicas das/os estudantes e das/dos professoras. Conforme se agravam as condições de trabalho, também

tem aumentado a pressão para que os profissionais da educação se mantenham calados, mediante o medo da punição e do registro dos eventos ocorridos.

Essa moção de repúdio traz um aviso: não conseguirão nos calar! Não teremos medo de denunciar as diferentes formas de violências simbólicas vivenciadas nos espaços educacionais em Curitiba.

Moção de repúdio ao descaso da SME com a educação inclusiva

O Magistério municipal de Curitiba vem a público repudiar o descaso da atual gestão municipal com a Educação Inclusiva, porque:

1. O DIAEE desrespeita a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e pelo menos três leis que asseveram sobre a garantia do profissional de apoio no auxílio aos estudantes com deficiências ou transtorno do desenvolvimento: a Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), a Lei n.º 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei n.º 12.764/2012 (Lei Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista) e a Resolução CNE/CEB n.º 2/2001. Em nenhum desses documentos encontramos

a prescrição de “estagiário/a”, mas sim de “profissional” de apoio, ou seja, alguém já formado e não em processo acadêmico. Entendemos que apenas alguém do quadro próprio do magistério seria capaz de atuar frente aos desafios de uma Educação na perspectiva inclusiva;

2. As salas de aulas superlotadas e a falta de profissionais dificultam um atendimento de qualidade ao processo de aprendizagem, no tocante aos/às estudantes com deficiência isso se torna ainda mais agravante;

3. A burocratização, as atribuições fragmentadas e a comunicação truncada entre núcleo e SME servem de desculpas para a

incompetência no gerenciamento dos encaminhamentos necessários;

4. O parecer do DIAEE acerca da necessidade ou não de profissional de apoio nunca será superior à decisão clínica, como a do laudo prescrito pelo neurologista;

Na prática, a concepção de inclusão empregada pelo DIAEE, que demonstra um gerenciamento

mais econômico do que pedagógico, desconsidera a realidade concreta das escolas e as subjetividades que ali estão presentes, pois as/os professoras/es estão sobrecarregadas/os e frustradas/os por não conseguirem realizar um trabalho adequado para os/as estudantes com deficiências, ou seja, todas/os estão sendo prejudicadas/os.

Moção de repúdio contra a inércia da SME frente à educação pós-isolamento social

O Magistério municipal de Curitiba vem a público repudiar o modo unilateral como a SME tem conduzido o período pós-ensino remoto, sem diálogo com a categoria e sem ações efetivas para superar as defasagens na aprendizagem,

como a redução do número de estudantes por turma, a garantia de corregência, formações continuadas condizentes com às demandas reais das/os docentes e a garantia dos 33% de hora-atividade para o planejamento adequado das aulas.

Moção de repúdio ao modo como a SME tem tratado o trabalho das pedagogas

Assim como toda a categoria, as pedagogas da rede municipal de Curitiba vivenciam a precarização do trabalho, caracterizada, principalmente, pelo excesso de atribuições e a constante burocratização das atividades. O redimensionamento da rede é cruel, pois trata crianças e pedagogas como números (de acordo com a portaria 60, de 2017, que trata da “redistribuição de recursos humanos”, é previsto que duas pedagogas atendam até 600 estudantes, por exemplo), desconsiderando as especificidades das diferentes

modalidades que compõem o espaço escolar, entre elas: Educação Infantil, Educação em Tempo Ampliado, Educação Regular, Sala de Recursos e Classe Especial, e que exigem muito da organização do trabalho pedagógico. Além disso, as formações e avaliações em larga escala têm sido impostas sem diálogo com a categoria, resultando em sobrecargas de trabalho, como a Prova Curitiba, que exige a correção e tabulação dos resultados em pouco tempo. Essas atividades excessivas limitam o trabalho formativo e de acompanhamento nos processos

de ensino-aprendizagem dentro das unidades. Nos Centros de Educação Infantil, a falta de profissionais ainda tem feito com que as pedagogas deixem de lado suas atribuições para cobrir faltas.

Nesse sentido, repudiamos a prescrição de tarefas como se as pedagogas fossem meras executoras e exigimos respeito: uma educação de qualidade exige envolvimento e respeito ao trabalho dessas profissionais.

Moção de repúdio à Reforma da Previdência

Os representantes do MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE CURITIBA, presentes no XIII Congresso do SISMMAC, repudiam a reforma-desmonte da previdência pública iniciada pelo governo Temer e finalizada no atual governo do ex-capitão Bolsonaro.

Entendemos que, com as normas impostas ao sistema de previdência por meio da emenda constitucional 103/2019, se desconstrói aquilo que havia sido garantido na Constituição de 1988. As normas impostas pelos governos federal e

municipal retiram direitos das/os trabalhadoras/es, abandonando os princípios de solidariedade e o caráter público da previdência.

Essa reforma impõe uma brutal retirada dos direitos das/os trabalhadoras/es dos setores públicos e privados, tanto das/os ativas/os quanto das/os aposentadas/os, cujos exemplos mais flagrantes são: o incremento de mais de mais de 20 anos de trabalho para período aquisitivo de aposentadorias, o confisco imposto pelo aumento de alíquota de 14% sobre os proventos das/

Moções

os aposentadas/os que recebem acima de 02 salários mínimos, bem como, essa taxaço para aquelas/es que possuem doenças graves ou incuráveis, rompendo, inclusive, com o princípio fundamental de respeito ao que se chama direito adquirido.

O magistério, em conjunto com sua entidade representativa, o SISMMAC, reunidos na assembleia geral deliberativa do XIII Congresso, reafirma sua

participação nas lutas nacionais e locais contra a reforma da previdência e seus efeitos, e assume o compromisso de organizar, esclarecer e mobilizar todas/os as/os profissionais de educação para esse enfrentamento.

Moção de apoio ao mandato do vereador Renato Freiras

A cassação do mandato de Renato Freitas foi um tapa na cara da população curitibana, porque a mesma Câmara dos Vereadores não agiu com igual severidade quando vereadoras foram presas por desvio do salário de assessores (a prática conhecida como “rachadinha”), sendo que uma

delas foi condenada agora pela Justiça a 41 anos de prisão.

Da mesma forma, não houve o mesmo ímpeto para cassar mandatos de outros vereadores envolvidos em assédio sexual e agressão, racismo, abuso de poder econômico. Nenhum deles era

negro e nem da periferia.

A Mitra da Arquidiocese de Curitiba confirmou que o fato em si, objeto da acusação contra ele, é inexistente, já que a missa havia acabado. Ou seja, a “vítima” afirma que não há motivo para a punição mais severa.

Só que na política, dificilmente há coincidências. Basta ver que as vozes mais vorazes contra Renato Freitas partem daqueles que votam contra os direitos dos servidores municipais e que aprovaram a Reforma da Previdência, que impedirá que muitos de nós consigamos nos aposentar com dignidade.

Renato sempre votou a favor dos servidores e contra as medidas apresentadas para retirar direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Enfrentar o racismo e a política que continua gerando ciclos de pobreza é algo que incomoda determinados setores da sociedade.

Por isso, prestamos nossa solidariedade ao vereador Renato Freitas, reafirmamos nosso apoio aos mandatos progressistas que defendem o povo dos desmandos dos governos neoliberais; e reiteramos o repúdio aos seguintes vereadores/as, que, com seus votos, cassaram o mandato de Renato Freitas: Alexandre Leprevost (Solidariedade), Amália Tortato (Novo); Beto Moraes (PSD); Denian Couto (Podemos); Ezequias Barros (PMB); Flávia Francischini (União); Hernani (PSB); Indiara Barbosa (Novo); João da Cinco Irmãos (União); Jornalista Márcio Barros (PSD); Leônidas Dias (Solidariedade); Marcelo Fachinello (PSC); Mauro Bobato (Podemos); Mauro Inácio (União); Noêmia Rocha (MDB); Nori Seto (PP); Oscalino do Povo (PP); Pastor Marciano Alves (Solidariedade); Sabino Picolo (União); Sargento Tânia Guerreiro (União); Serginho do Posto (União); Sidnei Toaldo (Patriota); Tito Zeglin (PDT); Toninho da Farmácia (União) e Zezinho do Sabará (União).

Moção de indicação de voto crítico em Luiz Inácio Lula Da Silva

Decorridos três anos do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, Michel Temer após realizar uma cruel reforma trabalhista e o congelamento por 20 anos dos orçamentos públicos, afetando gravemente a Educação, Saúde e outros serviços públicos, entregou a faixa presidencial para o ex-militar reacionário, Jair Bolsonaro.

Jair Bolsonaro não é somente mais um político. Bolsonaro representa a morte do povo negro nas periferias das cidades brasileiras, o extermínio dos povos originários indígenas, o aprofundamento da

desigualdade social e da miséria, a destruição do meio ambiente, o aumento da insegurança, o fortalecimento das milícias, a ampliação de espaço para a corrupção e o nepotismo.

Centenas de milhares de mortes evitáveis ocorreram no curso da pandemia, em razão de ações e omissões do governo Bolsonaro, que sempre reagiu com sarcasmo e desprezo pelo sofrimento do povo brasileiro.

É preciso proteger a classe trabalhadora do cenário de inflação alta, de crise energética,

de aumento da desigualdade social e da fome. Nossa responsabilidade é derrotar este governo de destruição permanente dos direitos e conquistas da classe trabalhadora.

Não podemos mais aceitar a negação da política. Hoje o único candidato capaz de derrotar Bolsonaro é Lula, já no primeiro turno. No entanto, sabemos que não existe um salvador e que nossa luta deve continuar nas ruas. O que torna indispensável condenar publicamente as alianças de Lula e do PT com a burguesia e seu programa de submissão ao capital, explicando as consequências disso para os explorados e oprimidos.

Indicar o voto crítico em Lula e no PT é uma escolha de combate ao

governo reacionário de Bolsonaro e a tudo que ele representa.

Derrotar Bolsonaro é apenas parte da batalha, pois sabemos que as pautas da classe trabalhadora não serão atendidas com facilidade. Nossa tarefa continuará ser a de acreditar e construir o caminho da luta nas ruas e nas greves, exigindo a revogação total das contra reformas aprovadas no último período, como a reforma trabalhista, a reforma da previdência, o “teto de gastos” que congelou os investimentos públicos nas políticas sociais por 20 anos, a revogar a legislação que permitiu a liberação total da terceirização, a reestatização das empresas públicas que foram privatizadas e a ruptura com o pagamento da dívida pública que o principal instrumento de pilhagem do povo brasileiro.



CURITIBA JÁ PAGA

SALÁRIOS MAIS BAIXOS



AOS
PROFESSORES
DO QUE CIDADES
VIZINHAS

#ValorizaOMagistério

Aponte a câmera do
celular e compartilhe
no Facebook





SISMNNAC